



CÓD: OP-005JL-23
7908403538270

UBERLÂNDIA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS

Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º ano

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023, DE 20 DE JUNHO DE 2023

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos.....	5
2. Tipologia textual e gêneros textuais.....	12
3. Coerência e coesão textual.....	15
4. Sinonímia, antonímia e polissemia.....	16
5. Ortografia.....	16
6. acentuação.....	17
7. Funções da linguagem.....	18
8. Recursos verbais, não verbais e multissemióticos.....	19
9. Denotação e conotação.....	20
10. Argumentação, opinião e informação.....	20
11. Figuras de linguagem.....	28
12. Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática tradicional: formação de palavras e seleção vocabular.....	30
13. classe de palavras e colocação pronominal; emprego de tempos e modos verbais.....	31
14. estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período.....	38
15. emprego da regência nominal e verbal.....	41
16. emprego da concordância nominal e verbal.....	42
17. emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido.....	44

Legislação

1. Base Nacional Comum Curricular.....	53
2. Constituição Federal da República Federativa do Brasil – Título VIII, Cap. III, Seção I: Da Educação.....	94
3. Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 – Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica.....	97
4. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.....	99
5. Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica.....	106
6. Lei Complementar Municipal nº 040, de 5 de outubro de 1992 (atualizada) – Artigos 163 e 164.....	109
7. Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007 e suas alterações.....	110
8. Lei Municipal nº 12.209, de 26 de junho de 2015 – Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025.....	113
9. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.....	116
10. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	156
11. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	172
12. Parecer CNE/CEB nº 6/2010.....	189
13. Parecer CNE/CEB nº 17/2001.....	205
14. Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal, e suas alterações posteriores.....	220
15. Lei Complementar Municipal nº 40/1992 – Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal, e suas alterações posteriores.....	225

Conhecimentos Gerais

1. Atualidades e conhecimentos gerais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. 247
2. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil. 247

Conhecimentos Específicos **Professor de Educação Infantil e 1º ao 5º ano**

1. Alfabetização, letramento e conhecimentos da Língua Portuguesa 253
 2. Base Nacional Comum Curricular 282
 3. Diversidade, inclusão e relações étnico-raciais na educação..... 322
 4. Educação como direito 330
 5. Legislação brasileira e políticas públicas para a educação 332
 6. O cuidar e o educar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental 339
 7. O ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental 341
 8. Organização do trabalho pedagógico na Educação Básica..... 342
 9. Planejamento e avaliação da aprendizagem na Educação Básica 342
-

Elementos envolvidos na interpretação textual³

Toda interpretação de texto envolve alguns elementos, os quais precisam ser levados em consideração para uma interpretação completa

a) Texto: é a manifestação da linguagem. O texto⁴ é uma unidade global de comunicação que expressa uma ideia ou trata de um assunto determinado, tendo como referência a situação comunicativa concreta em que foi produzido, ou seja, o contexto. São enunciados constituídos de diferentes formas de linguagem (verbal, vocal, visual) cujo objetivo é comunicar. Todo texto se constrói numa relação entre essas linguagens, as informações, o autor e seus leitores. Ao pensarmos na linguagem verbal, ele se estrutura no encadeamento de frases que se ligam por mecanismos de coesão (relação entre as palavras e frases) e coerência (relação entre as informações). Essa relação entre as estruturas linguísticas e a organização das ideias geram a construção de diferentes sentidos. O texto constitui-se na verdade em um espaço de interação entre autores e leitores de contextos diversos.⁵ Dizemos que o texto é um todo organizado de sentido construído pela relação de sentido entre palavras e frases interligadas.

b) Contexto: é a unidade maior em que uma menor se insere. Pode ser extra ou intralinguístico. O primeiro refere-se a tudo mais que possa estar relacionado ao ato da comunicação, como época, lugar, hábitos linguísticos, grupo social, cultural ou etário dos falantes aos tempos e lugares de produção e de recepção do texto. Toda fala ou escrita ocorre em situações sociais, históricas e culturais. A consideração desses espaços de circulação do texto leva-nos a descobrir sentidos variados durante a leitura. O segundo se refere às relações estabelecidas entre palavras e ideias dentro do texto. Muitas vezes, o entendimento de uma palavra ou ideia só ocorre se considerarmos sua posição dentro da frase e do parágrafo e a relação que ela estabelece com as palavras e com as informações que a precedem ou a sucedem. Vamos a dois exemplos para entendermos esses dois contextos, muito necessários à interpretação de um texto.

Observemos o primeiro texto



<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/01/o-mundo-visto-bpor-mafaldab.html>

Na tirinha anterior, a personagem Mafalda afirma ao Felipe que há um doente na casa dela. Quando pensamos na palavra doente, já pensamos em um ser vivo com alguma enfermidade. Entretanto, ao adentrar o quarto, o leitor se depara com o globo terrestre deitado sobre a cama. A interpretação desse texto, constituído de linguagem verbal e visual, ocorre pela relação que estabelecemos entre o texto e o contexto extralinguístico. Se pensarmos nas possíveis doenças do mundo, há diversas possibilidades de sentido de acordo com o contexto relacionado, dentre as quais listamos: problemas ambientais, corrupção, problemas ditatoriais (relacionados ao contexto de produção das tiras da Mafalda), entre outros.

Observemos agora um exemplo de intralinguístico



<https://www.imagemwhats.com.br/tirinhas-do-calvin-e-haroldo-para-compartilhar-143/>

3 <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/redacao/o-que-texto.htm>

KOCH, Ingedore V. e ELIAS, Vanda M. *Ler e Compreender os Sentidos do Texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

4 <https://www.enemvirtual.com.br/o-que-e-texto-e-contexto/>

5 PLATÃO, Fiorin, *Lições sobre o texto*. Ática 2011.

**CAPÍTULO II
DO ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO**

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

§ 1º Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque.

§ 2º Telecentros comunitários que receberem recursos públicos federais para seu custeio ou sua instalação e lan houses devem possuir equipamentos e instalações acessíveis.

§ 3º Os telecentros e as lan houses de que trata o § 2º deste artigo devem garantir, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus computadores com recursos de acessibilidade para pessoa com deficiência visual, sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento, quando o resultado percentual for inferior a 1 (um).

Art. 64. A acessibilidade nos sítios da internet de que trata o art. 63 desta Lei deve ser observada para obtenção do financiamento de que trata o inciso III do art. 54 desta Lei.

Art. 65. As empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica.

Art. 66. Cabe ao poder público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade que, entre outras tecnologias assistivas, possuam possibilidade de indicação e de ampliação sonoras de todas as operações e funções disponíveis.

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

- I - subtítuloção por meio de legenda oculta;
- II - janela com intérprete da Libras;
- III - audiodescrição.

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

Art. 69. O poder público deve assegurar a disponibilidade de informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual, contendo a especificação correta de quantidade, qualidade, características, composição e preço, bem como sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consu-

midor com deficiência, em caso de sua utilização, aplicando-se, no que couber, os arts. 30 a 41 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º Os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa escrita, na internet, no rádio, na televisão e nos demais veículos de comunicação abertos ou por assinatura devem disponibilizar, conforme a compatibilidade do meio, os recursos de acessibilidade de que trata o art. 67 desta Lei, a expensas do fornecedor do produto ou do serviço, sem prejuízo da observância do disposto nos arts. 36 a 38 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 2º Os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível.

Art. 70. As instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67 desta Lei.

Art. 71. Os congressos, os seminários, as oficinas e os demais eventos de natureza científico-cultural promovidos ou financiados pelo poder público devem garantir as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva.

Art. 72. Os programas, as linhas de pesquisa e os projetos a serem desenvolvidos com o apoio de agências de financiamento e de órgãos e entidades integrantes da administração pública que atuem no auxílio à pesquisa devem contemplar temas voltados à tecnologia assistiva.

Art. 73. Caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem.

**CAPÍTULO III
DA TECNOLOGIA ASSISTIVA**

Art. 74. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.

Art. 75. O poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 4 (quatro) anos, com a finalidade de: (Regulamento)

I - facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva;

II - agilizar, simplificar e priorizar procedimentos de importação de tecnologia assistiva, especialmente as questões atinentes a procedimentos alfandegários e sanitários;

III - criar mecanismos de fomento à pesquisa e à produção nacional de tecnologia assistiva, inclusive por meio de concessão de linhas de crédito subsidiado e de parcerias com institutos de pesquisa oficiais;

IV - eliminar ou reduzir a tributação da cadeia produtiva e de importação de tecnologia assistiva;

V - facilitar e agilizar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva no rol de produtos distribuídos no âmbito do SUS e por outros órgãos governamentais.

Parágrafo único. Para fazer cumprir o disposto neste artigo, os procedimentos constantes do plano específico de medidas deverão ser avaliados, pelo menos, a cada 2 (dois) anos.

Pedro. Todo o Patrimônio foi doado a Nossa Senhora do Carmo e, atualmente, corresponde à parte central da cidade de Uberlândia. O Arraial recebeu então o nome de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha. Nas proximidades do lugar escolhido para a construção da capela, havia um caminho denominado de “Estrada Salineira”, foi às margens deste caminho que se formou o primitivo núcleo urbano.

Quando o Arraial passou à sede do Distrito, a estrada recebeu o nome de Rua Sertãozinho, posteriormente Rua Tupinambás e, atualmente, denomina-se Rua José Ayube. Como o cotidiano das pessoas era pontuado pela vida religiosa, a Capela abrigava à sua volta uma faixa de terreno que ficou conhecido como “Campo Santo”, nele foram sepultados os primeiros habitantes da Vila.

As raízes da cidade estão em um bairro conhecido hoje por Fundinho. As pequenas e tortuosas ruas que entrecortavam o arraial se formaram ladeadas pela sequência de casas, quintais e antigos muros que emprestaram à geografia urbana o seu sentido.

Por volta de 1861, pouco tempo após sua inauguração, a capelinha foi ampliada e transformou-se na Matriz de Nossa Senhora do Carmo, abrigando até 1941 as principais atividades religiosas da cidade. Em 1943, após a inauguração da imponente Matriz de Santa Terezinha na Praça Tubal Vilela, ela foi demolida e, em seu lugar, foi construído um prédio para abrigar a Estação Rodoviária.

Dados demográficos

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2017 a população estimada de Uberlândia era de seiscentos e setenta e seis mil e seiscentos e treze (676.613) habitantes. Segundo o último censo, realizado no ano de 2010 pelo IBGE, haviam seiscentos e quatro mil e treze (604.013) cidadãos em Uberlândia. O município expande-se por uma área 4.115,206 Km² e possui uma densidade demográfica de de 146,78 (hab/km²), segundo dados do IBGE (2010).

Com relação a distribuição da população por sexo, dados do censo de 2010 revelaram que 51,17% da população eram mulheres e 48,83% eram homens. A faixa etária com maior percentual de cidadãos foi a de 20 a 24 anos, com 9,9% da população.

Dados sociais

Em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Uberlândia foi de 0,789, número considerado ‘alto’ pela Organização das Nações Unidas. Com esse índice, Uberlândia é o terceiro município com melhor IDH no estado de Minas Gerais e o 71º do Brasil. O IDH da cidade está acima tanto da média estadual quanto nacional, que nesse ano de 2010 foram calculadas em 0,731 e 0,699 respectivamente.

Saúde

Uberlândia é considerada referência em saúde para a região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Sul Goiano, ao dispor de mais de uma dezena de hospitais, tanto privados como públicos. A exemplo de unidades públicas temos o Hospital de Clínicas (SUS/UFU), as Unidades de Atendimento Integrado (UAI’s), o Hospital do Câncer e o Hospital e Maternidade Municipal, que possui 258 leitos para assistência de média complexidade, pediatria e maternidade.

Com relação a alguns números da saúde, no ano de 2005, o município possuía 198 estabelecimentos de saúde, sendo 64 deles privados e 134 públicos entre hospitais, pronto-socorros, postos de saúde e serviços odontológicos. Ao total a cidade conta com 944 leitos para internação, destes 420 são privados e 524 privados.

Educação

No âmbito da educação, a cidade de Uberlândia se destaca por sua taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos. No ano de 2010, de acordo com o IBGE, essa taxa foi de 94%. No que se refere à educação básica, as escolas da cidade receberam, no ano de 2010, nota 6 e nota 4 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental, respectivamente.

Em 2015, de acordo com o IBGE, foram realizadas 14.539 matrículas no ensino pré-escolar, 78.05 no ensino fundamental e 23.384 no ensino médio. Ainda neste ano, foram contabilizados 181 estabelecimentos que ofertam ensino fundamental e 49 instituições que ofertam ensino médio.

Na escala de 0 a 1 do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM), a área da educação recebeu a nota 0,716 no ano de 2010. Em 1991, por exemplo, esse índice foi de 0,366, o que demonstra uma maior ascendência da taxa de escolaridade da população uberlandense no que diz respeito ao ensino fundamental e ao ensino médio.

Renda

Com relação ao trabalho e rendimento da cidade de Uberlândia, dados do IBGE do ano de 2015 apontam que a renda mensal dos trabalhadores formais foi de 2,7 salários mínimos. Segundo dados do IBGE, do ano de 2010, a renda per capita do município era de R\$ 1.126,57, desse modo, a cidade ocupava a 160ª entre os municípios do Brasil. Quanto à ocupação da população, em 2010, duzentos e quarenta e seis mil quatrocentos e onze (246.411) pessoas estavam ocupadas. Esse número representa 37,2% da população de Uberlândia.

Religião

De acordo com o IBGE, a cidade, em 2010, registrou 330.564 fiéis da religião Católica Apostólica Romana, o que representa a porcentagem de 54,7% da população uberlandense. A religião Evangélica somou, na época, 154.411 fiéis, ou seja, 25,2% dos cidadãos de Uberlândia. Foram registradas 50.640 pessoas sem religião (8,4%), 44.817 espíritas (7,4%), 7.136 testemunhas de Jeová (1,2%). As demais religiões praticadas na cidade, juntas, somaram 18.443 pessoas, o que representa 3,1% da população de Uberlândia.

Política

De acordo com a Constituição de 1988, Uberlândia está localizada em uma república federativa presidencialista. Foi inspirada no modelo estadunidense, no entanto, o sistema legal brasileiro segue a tradição romano-germânica do Direito positivo. A administração municipal se dá pelo poder executivo e pelo poder legislativo.

Antes de 1930 os municípios eram dirigidos pelos presidentes das câmaras municipais, também chamados de agentes executivos ou intendentos. Somente após a Revolução de 1930 é que foram separados os poderes municipais em executivo e legislativo. O primeiro intendente do município foi Antônio Alves dos Santos e o primeiro líder do poder executivo e prefeito do município foi Lúcio Libânio. Em vinte e nove mandatos, 25 prefeitos passaram pela pre-

zação de crianças no contexto escolar, insatisfações e inseguranças entre alfabetizadores os que evidenciam uma perplexidade na persistência do fracasso escolar em alfabetizar.

Neste contexto, vem surgindo nos discursos teóricos a palavra letramento como uma proposta para superar tais fracassos, usando termos como alfabetizar ou letrar alfabetizando, apontados como o caminho para a superação dos problemas enfrentados nesta etapa de escolarização.

No início da escolarização, uma pesquisa revela que, até os anos 80, o objetivo maior era a alfabetização, isto é, enfatizava-se fundamentalmente a aprendizagem do sistema convencional da escrita. Em torno desse objetivo principal, métodos de alfabetização alteram-se em um movimento pendular: ora a opção pelo princípio da síntese, segundo o qual alfabetização deve partir das unidades maiores – a palavra, a frase, o texto (método fônico, método silábico); ora a opção pelo princípio da análise segundo o qual a palavra, a frase, o texto – em direção as unidades menores (método da palavração, da sentençação, global). Em ambas as opções, porém a meta sempre foi a aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico da escrita; embora se possa identificar na segunda opção uma preocupação também com o sentido veiculado pelo código. Seja no nível do texto (global, seja no nível da palavra, ou da sentença da palavração, sentençação) os textos foram postos a serviço da aprendizagem do sistema de escrita. Visto que, palavras são intencionalmente selecionados para servir a sua decomposição em sílabas e fonemas.

Assim, pode se dizer que até os anos 80, a alfabetização escolar no Brasil caracterizou por uma alternância entre método sintético e métodos analíticos, mas sempre com o mesmo pressuposto – o de a criança para aprender o sistema de escrita, dependeria de estímulos externos cuidadosamente selecionados ou artificialmente construídos – e sempre com mesmo objetivo o domínio desse sistema, considerado condição, pré-requisito para que a criança desenvolvesse habilidades de uso da leitura e da escrita, isto é, primeiro aprender a ler e a escrever, para só depois, ler textos, livros, escrever histórias, cartas, etc.

Nos anos 80, a perspectiva psicogenética da aprendizagem da língua escrita divulgada entre nós, sobretudo pela atuação formativa de Emília Ferreiro, sob a denominação de construtivismo, trouxe uma significativa mudança de pressupostos e objetivos na área de alfabetização, porque alterou fundamentalmente a concepção efetivas de leitura e de escrita. Essa mudança permitiu identificar e explicar o processo através do qual a criança torna-se alfabética; por outro lado, e como consequência disso, sugeriu as condições em que mais adequadamente se desenvolve esse processo, revelando o papel fundamental de uma interação intensa e diversificada da criança com práticas e matérias reais de leitura e escrita a fim de que ocorra o processo de conceitualização da língua.

No entanto, o foco no processo de conceitualização da língua escrita pela criança e a importância de sua interação com práticas de leituras e de escrita como meio para provocar e motivar esse processo tem subestimado, na prática escolar da aprendizagem inicial da língua escrita, o ensino sistemático das relações entre a fala e a escrita de que ocupa a alfabetização. Como consequência de o construtivismo ter evidenciado processos espontâneos de compreensão da escrita pela criança, ter condenado os métodos que enfatizam o ensino direto e explícito do sistema de escrita e, sendo fundamentalmente uma teoria psicológica, não ter proposto uma metodologia de ensino, os professores foram levados a supor que, apesar de sua natureza convencional e com frequência arbitrária, as

relações entre a fala e a escrita seriam construídas pela criança de forma incidental e assistemática, como decorrência natural de sua interação com inúmeras variedades práticas de leitura e de escrita, ou seja, através de atividades de letramento, prevalecendo, pois, estas sobre as atividades de alfabetização.

É, sobretudo essa ausência de ensino direto, explícito e sistemático da transferência da cadeia sonora da fala para a forma gráfica da escrita que tem motivado as críticas que atualmente vem sendo feitas ao construtivismo. Além disso, é ela que explica porque vêm surgindo, surpreendentemente, propostas de retorno a um método fônico como solução para os problemas que se enfrentam na aprendizagem inicial da língua escrita pelas crianças.

Cabe salientar, porém, que não é retornando a um passado já superado e negando avanços teóricos incontentáveis que esses problemas serão esclarecidos e resolvidos.

Por outro lado, ignorar ou recusar a crítica aos atuais pressupostos teóricos e a insuficiência das práticas que deles tem decorrido resultará certamente em mantê-los inalterados e persistentes.

Nesta perspectiva, surge letramento, que, segundo Kleiman não está ainda dicionarizada define letramento como um contraponto ao conceito de alfabetização, segundo ela os dois conceitos se alternam e se completam.

A alfabetização e o letramento são, no estado atual do conhecimento sobre a aprendizagem inicial da língua escrita, indissociáveis simultâneos e interdependentes.

Uma reflexão da alfabetização por meio de Piaget, Vygotsky e Ferreiro

A epistemologia genética de Piaget é uma teoria construtivista de caráter interativo, entendendo o pensamento e a inteligência como processos cognitivos que tem sua base em um organismo? Biológico. É a partir da herança genética que o indivíduo constrói sua própria evolução da inteligência paralela com a maturidade e o crescimento biológico da pessoa que, através da interação com o meio desenvolve também suas capacidades básicas para a subsistência: a adaptação e a organização.

Para Vygotsky a aprendizagem é o resultado da interação do aprendiz com o ambiente através da sua experiência, compartilhada com um momento histórico e com determinantes culturais particulares. Essa aprendizagem como experiência não se transmite de uma pessoa a outra forma de mecânica, mas sim mediante operações mentais que se realiza na interação do sujeito com o mundo material e social. O fundamental do enfoque de Vygotsky consiste em considerar o indivíduo como resultado do processo histórico e social onde a linguagem desempenha um papel essencial. Para Vygotsky, o conhecimento é um processo de interação entre o sujeito e o mundo.

As investigações de Ferreiro demonstram que, questão crucial da alfabetização é de natureza conceitual e não perceptual. Ela mudou radicalmente as concepções sobre a origem dos estudos da aquisição da leitura e da escrita. Ferreiro introduziu uma nova didática da língua, onde a alfabetização é uma construção do conhecimento não um lugar de acúmulo de informações sem significado para a criança.

Concluímos que quando se discute qual é a melhor maneira de ensinar, a ler e escreve busca um método mais práticos que venha suprir tal necessidade de alfabetizar. Existem vários métodos para ensinar escrever. O que ocorre é que quando o professor lança mão de um método para alfabetizar não leva em conta se esse método realmente vai suprir a necessidade do aluno a ser alfabetizado,

centra-se apenas no ato de codificar e decodificar os sinais e os sons, como diz Paulo Freire: deve levar o aluno a refletir sua vida no mundo, não deixando se levar pela a educação bancária que aplica o conhecimento, a educação deve se esforçar para desmascarar a realidade para que o aluno possa interferir de forma crítica na sua realidade, a “educação é uma forma de intervenção no mundo”⁴.

Atualmente a educação está caminhando para alfabetizar letrando. No processo de alfabetizar e letrar é imprescindível que os educadores tenham claros tais conceitos, pois alfabetização é um processo específico e indispensável de apropriação do sistema da escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilita ao educando ler e escrever com autonomia e letramento é o processo de inserção e participação na cultura escrita, processo este que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita.

Este trabalho considera que alfabetização e letramento são processos distintos, cada especificidade, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis para a aquisição da leitura e da escrita pelos alunos. Neste sentido não se trata de escolher entre alfabetizar ou letrar, trata-se de conciliar esses dois processos assegurando aos alunos a apropriação do sistema alfabético - ortográfico e condições possibilitadoras do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita, percebe-se que a ação pedagógica mais adequada e produtiva é aquela que contempla, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

É preciso mudar o aprender, e isto demanda tempo, talvez muito tempo, que não acontece de uma hora para outra, porque requer forças de muitos segmentos, segmentos estes que na maioria extrapolam o ambiente escolar. Como o social, econômico, tecnológico, político e muitos caminham alheios aos objetivos da educação. O desafio da escola atual está em sua contribuição à redefinição dos saberes e dos valores aptos a participar dos processos de construção de novos cenários, num mundo ao mesmo tempo global e intercultural.

⁵O código escrito, é posto como um objeto de conhecimento, o que implica que há também um sujeito da aprendizagem, que é o sujeito cognoscente, que é o que busca o conhecimento, é aquele se interessa, que está ávido por apropriar-se do objeto de conhecimento. Ambos, sujeito e objeto, vão se relacionar, um vai agir sobre o outro, vão, portanto, interagir, numa arena em que o sujeito tem como pano de fundo a formulação de hipóteses e a reflexão.

No caso do código escrito, tomado aqui como objeto de conhecimento, a criança vai ser apresentada a ele, na escola, formalmente, digamos assim, porque ele não lhe é completamente um ilustre desconhecido. Ela já fazia ideia de quem se tratava, porque já o tinha visto em casa ou na rua, já tinha ouvido falar dele, já tinha as suas próprias representações a seu respeito, mesmo que agora, passando a conhecê-lo “pessoalmente”, estranhe de uma ou outra coisa que imaginava fosse diferente nele. As crianças, ao entrarem na escola, já trazem consigo algum conhecimento da leitura e da escrita, não como coisa herdada geneticamente, mas como resultado da sua própria experiência, enquanto ser no meio do mundo.

Pois bem, sujeito e objeto juntos, na escola. A proposta é que não se tente dar a este aluno o conhecimento do objeto, como se ao docente fosse facultado o direito de doar conhecimentos aos seus aprendizes, mas que se faculte ao aluno interagir com o objeto, num processo em que entram em jogo inúmeras atividades mentais como testes das hipóteses subjacentes, formulação de hipóteses novas, decepções, ressignificações, assimilações e acomodações, na construção de novos esquemas ou novas estruturas mentais, que resultam num percurso de desenvolvimento psicológico, tudo isso em harmonia com o estágio mental que o aluno vive. Uma vez que é o sujeito que vai construir o seu próprio conhecimento a partir das atividades propostas pela escola, necessário se faz que o nível intelectual dessas atividades nem subestime a capacidade intelectual dele, naquele momento, nem esteja acima do seu desenvolvimento, tornando-a sem sentido para ele.

Como se pode compreender disso tudo, o processo de ensino-aprendizado, agora, gira em torno do aluno e não em torno do conteúdo e muito menos do professor. Agora aparecem conceitos como “nível de desenvolvimento mental do indivíduo”, “nível das atividades propostas”, por exemplo, que dão uma nova face ao modo como se adquire o conhecimento, na escola. Não é mais o professor o pivô do que acontece em sala de aula, com poderes para decidir tudo, como o programa, as atividades e o modo de realizá-las, os ritmos, os tempos e os comportamentos. Um outro ator, “antes mero coadjuvante”, agora entra em cena na condição de estrela, com a prerrogativa de interferir no roteiro, alterando-o, ajustando-o ao seu modo de interpretar e não o contrário. Os seus conceitos, para os fenômenos de sua experiência, nascem como resultado de suas ações físicas e mentais sobre o objeto, de dentro para fora, portanto, e não lhe são impostos de fora para dentro, num processo de digestão muitas vezes difícil e penoso, que pode deixar-lhe sequelas para o resto da vida, como, por exemplo, aversão a escolas e a tudo que diz respeito a estudos.

O estudo, visto do ponto de vista construtivista, quando mediado com habilidade e competência pelo docente, torna-se um mister prazeroso, porque dá ao aluno a sensação boa de estar descobrindo, desvelando aspectos da realidade, no caso particular, aqui, de estar interpretando o sistema de escrita.

Pretendemos tratar da evolução da escrita na criança, partindo de uma perspectiva construtivista. Começamos pelo que entendemos ser o ponto fundamental da evolução da escrita, que Ana Maria Kaufman⁶, tão bem acentua quando afirma que todos os conhecimentos das crianças devem entrar juntos com elas, ao ingressarem na escola. Esta recomendação de imediato remete o processo de conhecimento do sistema de escrita à proposta construtivista, em que a criança, ao iniciar a sua alfabetização na escola, não vai ter que abrir mão das ideias que já trazia consigo, a respeito do que é ler e escrever, tendo que deparar-se com uma coisa nova, partindo do zero, fazendo o que lhe ordenam. Esta recomendação dá um novo rumo ao processo, e sinaliza para um ensino do sistema de escrita que não é nem espontaneísta, dado que não prevê que as crianças permaneçam o tempo todo fazendo o que bem entenderem, em sala de aula, como se o aprendizado fosse condicionado apenas pela maturação biológica, e que, no tempo certo, cada criança aprenderia naturalmente, como num insight, a ler e escrever, nem, por outro lado, um ensino diretivista, fortemente pautado

4 FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

5 SOUZA, N. R. *Processo de alfabetização: uma perspectiva construtivista*. Universidade Estadual da Bahia.

6 KAUFMAN, Ana Maria. *Escola, leitura e produção de textos*. Porto Alegre: Artmed, 1995.